

Manual (psicológico) de sobrevivência em mundos violentos: entre a ética protestante e a da Justiça

Policiais militares fazem parte da composição do universo das relações marcadas pela violência. Nesse contexto, a filosofia pentecostal permite estabelecer identidades entre criminosos, que representam o mal, e os que não são e, portanto, do bem

Alan Fernandes
29 de setembro de 2020

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Formatura de policiais em São Paulo: relações fundadas na violência são o elemento principal de demarcação da vida profissional dos PMs

Na última semana, o Brasil teve a morte de um dos seus eminentes sociólogos. Luiz Antônio Machado da Silva contribuiu significativamente ao fazer emergir lógicas das periferias brasileiras cujos códigos de vivência, estruturados em torno da violência, revelam, como um soco no estômago, que Direito, Justiça e Estado não operam da mesma forma que o referencial prevalente em nossa sociedade. Para Machado, em muitos territórios das cidades brasileiras, a violência é elemento estruturante das relações sociais.

Em homenagem ao eminente intelectual, este artigo busca, ainda que com muito menor sofisticação, trazer à tona esse aspecto da realidade brasileira, mas pela ótica do policial militar. Esse ator, cujo papel é em geral cristalizado na relação institucional entre Estado e sociedade civil, faz parte de um cenário em que as dinâmicas em que trabalha orientam suas condutas, assim como todos as demais personagens desse enredo. Negligenciar esse processo de dupla mão de direção, composto pelas relações dialógicas entre o indivíduo policial militar e a sociedade, reifica as dinâmicas sociais ao posicioná-las, somente, em uma macrorrelação política, varrendo as microrrelações para baixo do tapete.

Um dos pontos que toca a construção das subjetividades dos policiais militares foi trazida por Renato Sérgio de Lima, no artigo “[A Bíblia e a Bala](#)”, publicada em 22 de setembro, pelo site da revista *Piauí*. Em brilhante artigo, Renato Sérgio aponta que existe uma adesão de policiais no Brasil, marcadamente entre policiais militares, a lógicas mais moralizantes e demarcatórias entre noções de bem e mal. Para ele, essa aderência aprofunda o afastamento de políticas de segurança pública que sejam universais, portanto indistintas em termos de classe, cor e condição social. Concordo. Contudo, por que essas aderências são mais evidentes na atualidade? Sendo quase unanimidade que, em todo mundo, os policiais têm posições mais conservadoras e moralizantes, por que tal pensamento se faria mais poderoso entre as polícias brasileiras?

Não faz muito tempo, uma equipe de policiais militares deteve o adolescente Gustavo. O veículo que dirigia esteve envolvido em um roubo à residência dias antes. Gustavo integra um grupo de criminosos especializado em roubo de residências. Ele tem duas funções no grupo: dirigir o veículo nas fugas dos roubos e, além disso, colher informações sobre suas possíveis vítimas, normalmente pessoas envolvidas com atividades cujas rendas não podem ser depositadas em bancos oficiais, por, em geral, serem também criminosas. Após a detenção de Gustavo, os policiais buscaram fazer contato com a vítima para que, prestando queixa, pudesse oferecer maiores elementos e, quem sabe, sugerir a apreensão do adolescente suspeito do roubo. Sem sucesso. A vítima do roubo não quis prestar queixa, decerto porque não poderia dar conta junto à delegacia dos valores roubados.

Gustavo, no momento da abordagem, exibiu uma arma aos policiais, arma essa que, durante as buscas, não foi localizada. Sem arma e sem vítima, não havia elementos para que Gustavo fosse apreendido, sendo liberado após registros de praxe junto à delegacia. O carro tampouco tinha queixa de furto ou roubo, pois era de uma locadora de veículos e havia sido tomado como aluguel poucos dias antes.

No plantão seguinte dos policiais, Gustavo foi mais uma vez abordado pela equipe, ao sair da casa da namorada. Já havia alugado um outro carro.

Disse um dos policiais militares após tais eventos: - “Mais importante para mim é fazer com que meu parceiro e eu voltemos para nossas famílias. Melhor preso que morto. O que me dá razão para trabalhar *certo* é saber que estou do lado do bem. Isso me faz trabalhar *certo*”.

Diferentemente de outros agentes públicos, policiais militares no Brasil fazem parte da composição do universo das relações marcadas pela violência. Assim, apesar do fato de que outras carreiras públicas, como professores, agentes de saúde ou assistentes sociais, também terem contato cotidiano com tais aspectos da vida brasileira, seu trabalho, de alguma forma, apropria-se de outros aspectos de tais vivências, mercê de suas próprias éticas de trabalho. Nessa dissociação entre o mundo do trabalho e vida íntima, a violência se coloca para esses sujeitos não só como um elemento secundário de sua vida e de sua prática profissional. Já no caso dos policiais militares, as relações fundadas na violência são o elemento principal de demarcação de suas vidas profissionais e, conseqüentemente, de suas consciências. Mesmo suas sobrevivências (incluindo as relações de vida e morte) serão obtidas se bem categorizado o universo humano e, na realidade brasileira, violento.

A violência não é fenômeno recente no Brasil e, por essa razão, não seria motivo para explicar, por si, por que o aprofundamento da distinção entre bem e mal se faz mais presente atualmente dentre aos policiais. Renato Sérgio de Lima, no artigo já citado anteriormente, deixa a entender que as religiões pentecostais teriam feito o papel de delimitar essa distinção moral, com êxito em apropriar mentes na polícia para um projeto que se mostrou político, além de religioso. Contudo, sem negar o papel dessas orientações nos seus posicionamentos estratégicos, pode-se buscar uma outra perspectiva: a filosofia pentecostal preencheu um papel demarcador das moralidades, permitindo estabelecer identidades entre aqueles que são criminosos, e, portanto, do mal, e os que não são, e portanto, do bem. Isso ocorre entre os moradores das periferias, como mostram os trabalhos de Gabriel Feltran, mas igualmente junto aos policiais, estes também integrantes desse universo.

A violência é, ao menos desde a década de 80, um componente articulador das relações nas periferias, elas mesmas afastadas dos processos de urbanização promovidos pelo Brasil nas grandes cidades. Todavia, os últimos anos consolidaram um processo que se desenhou desde a abertura democrática: os projetos de sociedade e de política que foram vitoriosos e levaram o Brasil à redemocratização não conseguiram ofertar um ambiente menos violento. Nessa ausência de projeto político que oferecesse um

projeto de cidadania ampla, em que a violência não fosse, ainda, mais um recurso para o estabelecimento de uma ordem social e pudesse propor um conteúdo valorativo, o recurso instrumental para essas populações e para os policiais militares é uma adesão ainda mais profunda ao que pudesse demarcar as noções de certo e errado, de bem e mal, sob pena de todos esses sujeitos se perderem no caleidoscópio moral em que vivem. Como resultado, as religiões neopentecostais, ganham o estatuto político, mas também e sobretudo moral, de oferecer as lentes pelas quais as pessoas, policiais ou não, vão construir uma certa noção de ordem.

O desafio que se coloca a percorrer, no que se refere às repercussões que a distinção entre bem *versus* mal pode trazer às práticas dos policiais militares, não é, jamais, sobre a fé religiosa em si. Mas como suas éticas possam também conjugar os elementos da sociedade política, construídas com base nas éticas da justiça e da democracia.

Para isso, o Estado de Direito deve, de fato, alcançar as periferias e todos os seus atores. Justiça, não apenas a criminal, mas enquanto valor para a construção de subjetividades que deságuam na cidadania, deve ser minimamente considerada. Indistintamente.

**Este artigo rende homenagem póstumas ao Soldado da Polícia Militar de São Paulo, Josimar Concessor, vítima de disparos de arma de fogo durante o serviço. Estava na corporação havia quatro anos. Deixa duas filhas.*

Alan Fernandes

Tenente Coronel da Polícia Militar/SP, Comandante do 21º Batalhão Metropolitano, Doutorando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/SP e associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

https://backup.forumseguranca.org.br/pro_ssao-policia/46542xpsj9

